

‘Não’ em votação põe Farc em limbo jurídico

Com rejeição do acordo de paz, guerrilha não deixou de ser criminosa, mas há dúvidas sobre julgamentos e anistia

Santos anuncia que cessar-fogo vai até 31 de outubro; guerrilheiro questiona: ‘daí adiante continua a guerra?’

SYLVIA COLOMBO

ENVIADA ESPECIAL A BOGOTÁ

As Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) se encontram num limbo jurídico e logístico.

O presidente Juan Manuel Santos anunciou nesta terça (4) que o cessar-fogo se mantém até 31 de outubro, na expectativa de que até lá se encontre uma nova via por onde recomeçar as negociações de paz após a vitória do “não” no plebiscito de domingo (2).

Mas o anúncio já levantou incerteza por parte do comando das Farc. Seu líder máximo, Rodrigo “Timochenko” Londoño, perguntou em um canal oficial: “Daí adiante continua a guerra?”. Ainda que a guerrilha tenha dito não ter intenção de voltar ao combate, a verdade é que a força de 9.000 guerrilheiros está em território nebuloso.

Para o negociador e senador Roy Barreras, a atual situação não pode durar mais que três semanas, por “razões logísticas e militares”.

“Não é possível manter um cessar-fogo por muito tempo se os acordos não entram em vigência”, afirmou.

As Farc não deixaram de ser uma organização criminosa, mas tampouco seus membros estão sendo julgados, nem foram anistiados.

“É verdade que o retorno à guerra parece improvável no curto prazo, mas o cessar-fogo e a interrupção das atividades delitivas é frágil”, diz Frédéric Massé, da Universidade Externado de Colombia.

Segundo o que assinaram as partes em Cartagena, no dia 26, os crimes cometidos antes desse período seriam julgados pela Justiça transicional, caso o acordo fosse aprovado no domingo (2), e os cometidos depois dessa data já não teriam o benefício.

Ou seja, se os guerrilheiros, seguindo lideranças ou por conta própria, continuarem cometendo delitos, estarão cometendo crimes passíveis de irem à Justiça comum.

A grande questão é que, apesar de Timochenko ter expressado a “vontade de paz”, ele não tem como garantir que as Farc não saiam em busca de seu próprio sustento, cobrando um “imposto informal” de camponeses, ocupando terras, atuando na mineração ilegal, promovendo sequestros com resgate e atuando no narcotráfico, suas principais fontes de renda.

Estima-se que 40% do narcotráfico colombiano esteja nas mãos das guerrilhas. Se o acordo fosse aprovado, essa atividade seria abandonada, e as Farc iniciariam a substituição de cultivos financiada pelo governo.

Além disso, sem o “sim” do plebiscito, as Farc não iniciaram nem a concentração nas “zonas de segurança” nem a entrega das armas.

Na segunda (3), a juíza Margarita Cabello Blanco, da Corte Suprema, disse que considera que o acordo assinado no dia 26 ainda vale para deixar os crimes cometidos antes disso em suspenso até que se decida o futuro da Justiça transicional, mas que “todo e qualquer ato ilícito realizado por qualquer membro deste grupo armado ilegal depois do dia 26 será levado à Justiça comum”.

O acordo previa que os ex-guerrilheiros recebessem um salário correspondente a 90% do mínimo local. Era a garantia do governo para que não voltassem ao crime. Sem esse recurso, a militância não tem uma fonte de renda e segue armada.

NOVA NEGOCIAÇÃO

Na segunda (3), o governo designou três pessoas para conversar com representantes do ex-presidente Álvaro Uribe, principal mentor da campanha do “não”: o chefe dos negociadores, Humberto de la Calle; a ministra de Relações Exteriores, María Ángela Holguín; e o ministro de Defesa, Luis Villegas.

Nesta quarta (5) está previsto o primeiro encontro pós-plebiscito entre Santos e Uribe, em Bogotá.

Timochenko, vem se recusando a aceitar o resultado



Em Havana, Timochenko (D), líder das Farc, assiste à votação

do plebiscito, afirmando que a assinatura de Cartagena já servia para validar o documento — algo que está fora do referendado pela Corte Constitucional.

O líder das Farc também está num limbo jurídico, pois como outros chefes da guerrilha já tem condenação da Justiça — por terrorismo, sequestro, homicídio, furto e rebelião. Se pisar em solo colombiano, poderia ser preso.

A vitória do “não” fez com que a força representada por Uribe se transformasse em peça essencial para a renego-

ciação do tratado.

Os principais pontos que o uribismo quer redesenhar no acordo são, além das penas de prisão para os líderes responsáveis por crimes de lesa-humanidade, o não-julgamento de militares pelos tribunais especiais, a não-participação política de ex-guerrilheiros e a inclusão do crime de narcotráfico como “não-anistiável”.

No pacto rejeitado nas urnas, o narcotráfico, “se associado à atividade política de financiar a guerrilha”, seria passível de anistia.

VAMOS TIRAR O BRASIL DO VERMELHO PARA VOLTAR A CRESCER

O Governo Federal encontrou uma situação muito grave nas contas públicas, veja:

- ▶ Ao final de 2015 havia **R\$ 54,3 bilhões de despesas** do PAC já realizadas e ainda não pagas.
- ▶ **R\$ 2,6 bilhões atrasados** no pagamento de tarifas bancárias referentes a serviços prestados ao governo, a maior parte devida à Caixa Econômica por serviços de pagamentos de benefícios sociais.
- ▶ **R\$ 6 bilhões em contribuições e aportes atrasados** aos organismos internacionais dos quais o Brasil faz parte.
- ▶ O **Ministério da Saúde devia R\$ 3,5 bilhões aos estados e municípios**.
- ▶ O **Seguro-defeso**, que paga 1 salário mínimo ao pescador artesanal em períodos de proibição de pesca, está com o cadastro inchado. Não era fiscalizado. Havia **1,3 milhão de pescadores registrados**. Uma primeira revisão cadastral excluiu 258 mil benefícios indevidos, com economia anual de quase R\$ 1 bilhão.
- ▶ **Revisões cadastrais**: também estão sendo feitas para detectar participantes de outros programas sociais que não têm direito aos benefícios, com economia prevista de, no mínimo, R\$ 4 bilhões.
- ▶ **Inchaço da máquina pública**: o governo tinha 24 mil cargos de confiança. Foram extintos 4,2 mil e 10 mil só poderão ser ocupados por servidores concursados.
- ▶ O **gasto do Ministério da Educação subiu 285% acima da inflação** entre 2004 e 2014, mas as notas dos estudantes no exame do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) praticamente não cresceram. Muita despesa e pouco resultado.
- ▶ Os maiores fundos de pensão de empresas estatais – Postalís (dos funcionários dos Correios), Petros (Petrobras), Funcef (Caixa Econômica Federal) e Previ (Banco do Brasil) – acumularam **perdas de R\$ 113,5 bilhões** nos últimos cinco anos. Isso é prejuízo para os trabalhadores dessas empresas, que terão suas aposentadorias diminuídas ou contribuições aumentadas para cobrir a perda.
- ▶ **Prejuízos bilionários na Petrobras**: R\$ 21,5 bilhões em 2014 e **R\$ 34,9 bilhões** em 2015.
- ▶ **Prejuízos bilionários na Eletrobras**: R\$ 6,2 bilhões em 2013, R\$ 3,0 bilhões em 2014 e **R\$ 14,4 bilhões** em 2015.
- ▶ **Obras públicas inacabadas** e com orçamento estourado, alguns exemplos:
 - **Transposição do Rio São Francisco**: tinha previsão inicial de ficar pronta em 2012, com custo de R\$ 5 bilhões, mas se arrasta ao longo dos anos. Entre 2005 e 2015, R\$ 9,5 bilhões foram aplicados e a obra ainda não está pronta.
 - **Refinaria Abreu e Lima**: orçada em US\$ 2,4 bilhões, já custou mais de US\$ 18 bilhões. Deu um prejuízo de, ao menos, US\$ 3,2 bilhões à Petrobras.
 - **Pavimentação de 1.024 km na BR-163 (entre MT e PA)**: apenas 53 km foram pavimentados até 2012. O custo previsto, de R\$ 1,5 bilhão, foi alterado para R\$ 4,4 bilhões.
 - **Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – Comperj (RJ)**: orçada em US\$ 8,5 bilhões, a obra está parada há cerca de dois anos, sem previsão de conclusão.
 - **Ferrovia Transnordestina (PE/CE/PI)**: deveria estar pronta em 2010, porém, teve apenas 55% de execução até 2015. Já foram gastos R\$ 6,1 bilhões, e são necessários mais R\$ 5 bilhões para a conclusão.
- ▶ Entre 2003 e 2013, o **BNDES emprestou, a juros subsidiados, US\$ 8,3 bilhões** para a construção de infraestrutura em outros países, sendo que 76% foram para Cuba, Angola, Argentina e Venezuela. Enquanto isso, o Brasil permanece com infraestrutura precária.
- ▶ O **Tesouro Nacional se endividou em R\$ 323 bilhões** para emprestar dinheiro ao BNDES, para que este banco fizesse empréstimos subsidiados a grandes empresas. Mais de 60% das empresas beneficiárias eram de grande porte e tinham condições de tomar crédito em mercado sem subsídio do governo. O saldo devedor do BNDES com o Tesouro supera R\$ 500 bilhões, o equivalente a 10% do PIB.

Essa foi a situação encontrada pelo governo, que está tomando todas as medidas possíveis para sair dessa grave crise e investir em educação, saúde e políticas sociais. Todo esse sofrimento teria sido evitado se as contas do passado estivessem equilibradas. Equilibrar as contas públicas é mais do que necessário. É urgente. Para nunca mais ter pedaladas. Para nunca mais ter R\$ 170 bilhões de contas públicas no vermelho. E para, definitivamente, nunca mais ter 12 milhões de desempregados. Porque quando um governo gasta mais do que arrecada, quem paga a conta é você.

EQUILIBRAR AS CONTAS PÚBLICAS. ISSO É GOVERNAR COM RESPONSABILIDADE.

